

Fundamentos éticos do Serviço Social

Maria Lúcia Silva Barroco
Professora de Ética Profissional – PUC/SP

Fundamentos éticos do Serviço Social

Introdução

Há cerca de duas décadas ocorre com a ética um fenômeno inédito: sua discussão, em geral restrita ao campo filosófico, amplia-se para diferentes áreas do saber, incidindo em amplos setores da vida social. Ao invadir o espaço da cotidianidade, ocupando-se em geral de prescrições moralistas, apresenta-se como alternativa social conservadora, incentivando o senso comum a preservar os seus preconceitos, o que tende a se renovar no contexto de violência estrutural da sociedade brasileira¹.

Parte significativa das produções éticas contemporâneas se afasta, progressivamente, da crítica, da objetividade, da universalidade, isto é, dos referenciais éticos da modernidade e de autores clássicos como Aristóteles, Kant e Hegel. Ao favorecer a ideologia dominante e o irracionalismo, contribuem para obscurecer os nexos da realidade; ao naturalizar o presente, negam a possibilidade de intervenção do homem na história: fundamento de uma ética orientada pela práxis.

A moralização da vida social, comportamento pautado em preconceitos, ganha legitimidade ao ser incorporada socialmente como estratégia de enfrentamento das expressões da “questão social”. Ao mesmo tempo, a constante presença de discursos e produções teóricas no campo da ética não significa – necessariamente – o debate entre diferentes teorias e projetos, nem tampouco a explicitação de seus fundamentos.

Quando abstraídos de seu conteúdo histórico e de sua fundação teórica, os discursos se confundem. É o que ocorre quando diferentes sujeitos políticos falam em nome da “justiça” e “dos direitos humanos”, embora, em muitos casos, para

¹ Sobre a questão da violência, ver especialmente Sales (2007).

justificar a sua violação. A reprodução abstrata das categorias éticas também propicia a sua idealização, transformando-as em “entidades” com poder de “autoexplicação”.

Ideologicamente, a burguesia é idealista “com a mesma naturalidade com que respira”, já dizia Simone de Beauvoir: “separado de todo o contato com a matéria, por causa de seu trabalho e pelo seu gênero de vida, protegido contra a necessidade, o burguês ignora as resistências do mundo real [...]. Tudo o que estimula a desenvolver sistematicamente essa tendência em que se reflete, de imediato, a sua situação: fundamentalmente interessado em negar a luta de classes, ele não pode desmenti-la senão recusando em bloco a realidade. Por isso, tende a substituí-la por Idéias cuja compreensão e extensão delimita, arbitrariamente, segundo seus interesses (BEAUVOIR, 1972, p. 6)”.

A sociabilidade burguesa funda sua ética no princípio liberal segundo o qual a liberdade de cada indivíduo é o limite para a liberdade do outro. Dadas as condições objetivas favorecedoras da reprodução do modo de vida mercantil, valorizador da posse material e subjetiva de objetos de consumo, cria-se, na prática, uma ética individualista, orientada pela ideia de que o “outro” é um “estorvo” à liberdade, entendida como a incessante busca de vantagens e acúmulo de bens cuja duração é tão efêmera quanto às relações que lhes dão sustentação.

O repetitivo discurso moralizante presente na mídia, em certos meios de comunicação de massa, ao incentivar direta ou indiretamente o *ethos* liberal burguês, a violência, a abstração, o moralismo e o conservadorismo, fortalece a descrença na política, em sua forma democrática, reforçando apelos à ordem, a medidas repressivas, a soluções morais para a crise social.

Torna-se relevante a compreensão crítica dos fundamentos éticos da vida social e do Serviço Social: para que a importância da ética seja revelada e para o esclarecimento de seus limites na sociedade burguesa. Pois, se a superação dos

antagonismos da sociedade burguesa supõe a ruptura da totalidade desta formação social², isso não significa negar a importância das ações éticas nessa direção.

Embora limitada, a ética se faz cotidianamente através de atos morais singulares, mais ou menos conscientes e livres; pode se objetivar através de ações motivadas por valores e teleologias dirigidas à realização de direitos e conquistas coletivas; pode ser capaz de efetuar a crítica radical da moral do seu tempo, oferecendo elementos para a compreensão das possibilidades éticas e morais do futuro. Embora momentânea, pode se estabelecer como mediação entre a singularidade de indivíduo moral e a sua dimensão humano-genérica, objetivando-se como parte da práxis social.

1 Os fundamentos ontológicos e sociais da ética

É pela apropriação do processo de constituição histórica do ser social que uma ética fundada ontologicamente pode ser compreendida. Trata-se aqui de apresentá-lo – ainda que sumariamente – tendo por base os pressupostos ontológicos fundamentais de Marx³.

Na gênese do ser social, estão dadas as bases de sua constituição ontológica: o ser social se humanizou em face da natureza orgânica e inorgânica, transformando-a para atender necessidades de reprodução da sua existência⁴ e

² Essa afirmação está baseada em nosso referencial teórico-metodológico, fundamentalmente, em Marx e autores como G. Lukács, A. Heller, I. Mészáros e J. P. Netto.

³ Trata-se da fundamentação que – ao explicitar o processo de (re) produção do ser social e dos valores na história – dá suporte para a concepção ética do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (1993). A explicitação dos fundamentos da ontologia social de Marx pode ser encontrada em Lukács (1978; 1979); Netto e Braz (2006); Lessa (2002).

⁴ Segundo Lukács (1981, p. XLIII), trata-se de um “salto ontológico”, que assinala a diferenciação do homem frente a outros seres naturais. Pressupõe que o ser social tenha surgido de um ser orgânico e este de um ser inorgânico. Em suas palavras: “com salto quero dizer justamente que o homem é capaz de trabalhar e falar, continuando a ser um organismo biologicamente determinado, desenvolvendo atividades de novo tipo, cuja constituição essencial não pode ser compreendida em nenhuma categoria da natureza”.

nesse processo passa a se constituir como ser específico, diferente de outros seres existentes⁵.

É o trabalho que instaura esse novo ser, na medida em que rompe com o padrão imediato das atividades puramente naturais, estruturando uma atividade de caráter prático-social: uma práxis que transforma a natureza e produzindo um resultado antes inexistente: um produto material que responde a necessidades sociais e as recria em condições históricas determinadas.

Como práxis, o trabalho⁶ é a base ontológica primária da vida social; mediação que efetiva objetiva e subjetivamente o intercâmbio entre os homens e a natureza, pondo em movimento um processo incessante de (re) criação de novas necessidades; ampliando os sentidos humanos, instaurando atributos e potencialidades especificamente humanas.

Ao criar novas alternativas para o seu desenvolvimento, o ser social se afasta de suas “barreiras naturais”, amplia sua natureza social e consciente, estabelece a possibilidade de uma existência social aberta para o novo, para o diverso, para o amanhã, instaurando objetivações que permitem autoconstrução do ser social como um ser livre e universal.

A sociabilidade é imanente à totalidade das suas objetivações: para transformar a natureza reproduzindo a sua existência através do trabalho, é necessário agir em cooperação, estabelecendo formas de comunicação, como a linguagem, os modos de intercâmbio e de reciprocidade social, que tornam possível o reconhecimento dos homens entre si, como seres de uma mesma espécie, que partilham uma mesma atividade e dependem uns dos outros para realizar determinadas finalidades.

⁵ "Os homens começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida [...], produzindo seus meios de vida os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material" (MARX; ENGELS, 1982, p. 27).

⁶ A práxis econômica ou trabalho é o modelo de todas as formas de práxis. É a "ação do homem sobre a matéria e criação – através dela – de nova realidade humanizada" (VAZQUEZ, 1977, p. 245).

O agir consciente supõe a capacidade de transformar respostas em novas perguntas e as necessidades em novas formas de satisfação⁷. Só o homem é capaz de agir teleologicamente, projetando a sua ação com base em escolhas de valor, de modo que o produto de sua ação possa materializar sua autoconsciência como sujeito da práxis.

Ao desenvolver sua consciência, o homem evidencia o caráter decisório de sua natureza racional. Como diz Lukács, todas as atividades sociais e individuais exigem escolhas e decisões: “todo indivíduo singular, sempre que faz algo, deve decidir se o faz ou não. Todo ato social, portanto, surge de uma decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras” (LUKÁCS, 1978, p. 6).

As escolhas são baseadas em juízos de valor: os objetos e as ações são avaliados como úteis, inúteis, válidas ou não válidas, corretas ou incorretas. O fato de toda ação consciente conter uma posição de valor e um momento de decisão propicia o entendimento de que a gênese do valor e das alternativas seja dada somente pela avaliação subjetiva dos indivíduos. Valor e alternativas, no entanto, são categorias objetivas, pois são objetivações do ser social, produtos concretos de sua atividade⁸.

Liberdade, valor, consciência e alternativas estão articulados. Com o desenvolvimento do trabalho e da sociabilidade, a escolha entre alternativas não se restringe à escolha entre duas possibilidades, mas *entre o que possui e o que não*

⁷ “O homem torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente – ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e quando em sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações bastante articuladas. De modo que não apenas a resposta, mas também a pergunta é um produto imediato da consciência que guia a atividade” (LUKÁCS, 1978, p. 5).

⁸ Lukács exemplifica brilhantemente como um elemento natural, como o vento, que não pode ser transformado pelo homem, pode ser por ele valorizado em função do seu trabalho: “o vento favorável ou desfavorável é um objeto no âmbito do ser social, do intercâmbio orgânico da sociedade com a natureza; e a validade e não validade fazem parte das suas propriedades objetivas, enquanto momentos de um complexo concreto do processo de trabalho” (LUKÁCS, 1981, p. XVII, XVIII).

possui valor e como esses valores podem ser praticamente objetivados (LUKÁCS, 1981)⁹.

Vê-se, pois, que estamos diante de um ser capaz de agir eticamente, quer dizer, dotado de capacidades que lhe conferem possibilidades de escolher racional e conscientemente entre alternativas de valor, de projetar teleologicamente tais escolhas, de agir de modo a objetivá-las, buscando interferir na realidade social em termos valorativos, de acordo com princípios, valores e projetos éticos e políticos, em condições sócio-históricas determinadas.

Para o método de Marx “a ética é uma parte, um momento da práxis humana em seu conjunto” (LUKÁCS, 2007, p. 72). Como tal, a ética dirige-se à transformação dos homens entre si, de seus valores, exigindo posicionamentos, escolhas, motivações que envolvem e mobilizam a consciência, as formas de sociabilidade, a capacidade teleológica dos indivíduos, objetivando a liberdade, a universalidade e a emancipação do gênero humano.

Observa-se que a práxis não se esgota no trabalho embora ele seja a sua forma primária: “quanto mais se desenvolve o ser social, mais as suas objetivações transcendem o espaço ligado *diretamente ao trabalho*” (NETTO; BRAZ; 2006). Portanto, é certo que façamos uma distinção entre as formas de práxis dirigidas à transformação da natureza (o trabalho) e aquelas voltadas à transformação das ideias, dos valores, do comportamento e da ação dos homens, onde se insere a ação ético-moral (Idem).

Na sociedade capitalista, organizada a partir da propriedade privada dos meios de produção e das classes sociais, da divisão social do trabalho e da

⁹ “Nas decisões alternativas do trabalho se esconde o fenômeno ‘originário’ ‘da liberdade’, mas esse ‘fenômeno’ não consiste na simples escolha entre duas possibilidades – algo parecido também ocorre na vida dos animais superiores – mas na escolha entre o que possui e o que não possui valor, eventualmente (em estágios superiores) entre duas espécies diferentes de valores, entre complexos de valores, precisamente porque não se escolhe entre objetos de maneira biologicamente determinada, numa definição estática, mas ao contrário, resolve-se em termos práticos, ativos, se e como determinadas objetivações podem vir a ser realizadas” (LUKÁCS, 1981, p. XVIII).

exploração do homem pelo homem, a objetivação histórica da ética é limitada e desigual, convivendo com sua negação, o que evidencia o fenômeno da alienação¹⁰, que expressa o antagonismo entre o desenvolvimento do gênero humano – em termos do que a humanidade produziu material e espiritualmente – e sua apropriação pela totalidade dos indivíduos.

À totalidade das objetivações genéricas – materiais e espirituais – produzidas pela humanidade ao longo de seu desenvolvimento histórico, representando conquistas no sentido de ampliação da sociabilidade, da consciência, da liberdade e da universalidade do gênero, Marx (1971, I) denomina “riqueza humana”. No contexto da alienação, a riqueza humana não é apropriada pela totalidade dos indivíduos; na ordem capitalista, a coexistência entre a miséria e a pobreza (material e espiritual) é pressuposto fundamental para a (re)produção do sistema, donde o processo de coexistência contraditória, de tensão permanente e não linear, de afirmação e negação das capacidades éticas do ser social¹¹.

1.1 Moral e vida cotidiana

Ontologicamente considerada, a moral não pertence a nenhuma esfera particular: é uma mediação entre as relações sociais; uma *mediação entre o indivíduo singular e sua dimensão humano-genérica* (HELLER, 2000).

Sua origem atende a necessidades práticas de regulamentação do comportamento dos indivíduos, cumprindo uma função social no processo de reprodução das relações sociais: contribui para a formação dos costumes que se

¹⁰ O fenômeno da alienação não pode ser tratado nos limites desse texto. Nossas referências estão explicitadas basicamente em: Netto e Braz (2006); Netto (1981); Heller (1998).

¹¹ “Uma ordem social que progride pelo desenvolvimento das contradições a ela imanentes [...] atinge a liberdade pela exploração, a riqueza pela pobreza, o crescimento da produção pela restrição do consumo [...] o mais alto desenvolvimento das forças produtivas coincide com a opressão e a miséria totais” (MARCUSE, 1978, p. 284, 285).

estruturam pelo hábito, orientando a conduta dos indivíduos, em termos de normas e deveres¹².

A moral se desenvolve quando os homens já adquiriram um certo grau de consciência, no momento em que foi superada a sua condição natural e instintiva; quando o homem já vivia em comunidade, como membro de uma coletividade, tendo desenvolvido a fabricação de instrumentos de trabalho e conquistado um determinado nível de conhecimento e de domínio sobre a natureza (VAZQUEZ, 1984).

A moral é histórica e mutável: são os homens que criam as normas e os valores, mas a autonomia dos indivíduos em face das escolhas morais é relativa às condições de cada contexto histórico. Mesmo nas sociedades onde ainda não existe o domínio de classe, a coesão em torno de um único código de valor não significa a inexistência de tensões.

O ato moral supõe a adesão consciente e voluntária do indivíduo aos valores éticos e às normas morais, ou seja, implica a convicção íntima do sujeito em face dos valores e normas, pois se entende que só assim as mesmas serão internalizadas como deveres. Dependendo da esfera e das condições sociais nas quais a moral se objetiva, surgem maiores ou menores possibilidades dela se realizar apenas no âmbito da singularidade voltada ao “eu” – âmbito da vida cotidiana¹³ – ou em ações que podem atingir a coletividade e a dimensão humano-genérica dos indivíduos.

Todavia, cumpre distinguir consciência e subjetividade. Na vida cotidiana, a moral não tende a ser interiorizada de forma crítica. Na medida em que, nesse âmbito, os valores se reproduzem pelos costumes, pela repetição, tendem a se

¹² A análise mais completa da moral na perspectiva da ontologia social foi feita por Heller (1998; 2000) em sua fase marxista. O detalhamento das indicações aqui elencadas encontra-se em Maria Lucia S. Barroco (2006; 2007).

¹³ Sobre a vida cotidiana ver Heller (2000 e 1998); Netto (1981).

tornar hábitos, cuja adesão não significa, necessariamente, uma aceitação consciente. Na cotidianidade, as normas podem ser aceitas interiormente, defendidas socialmente sem que, no entanto, possamos afirmar que essa aceitação tenha ocorrido de maneira livre, pois esta supõe a existência de alternativas e seu conhecimento crítico. Logo, a consciência supõe a subjetividade, mas esta pode “legitimar” normas e valores sem, no entanto, ter conhecimento de outras alternativas e sem se responsabilizar por tais escolhas, isto é, sem assumir “por inteiro”, de modo consciente, as implicações dessa adesão.

Na sociedade burguesa, a moral desempenha uma função ideológica: ainda que não diretamente, mas através de mediações complexas, reproduz os interesses de classe, contribuindo para o controle social, através da difusão de valores que visam a adequação dos indivíduos ao *ethos* dominante.

O âmbito da vida social mais propenso à internalização dos costumes e valores formadores do *ethos* dominante é a vida cotidiana: onde os indivíduos se reproduzem enquanto seres singulares, espaço da *ultrageneralização*, do *pragmatismo*, do *imediatismo* da *superficialidade* e da *heterogeneidade*.

Na cotidianidade, a moral tende a se objetivar de modo alienado, reproduzindo julgamentos de valor baseados em juízos provisórios, respondendo às necessidades mais imediatas e superficiais da singularidade individual. Ao repetir comportamentos orientados por estereótipos e preconceitos, o indivíduo se empobrece moralmente, abrindo caminho para o moralismo e para a adesão acrítica ao *ethos* dominante¹⁴.

Conforme Heller (2000, p. 54), a maioria dos preconceitos são produzidos pelas classes dominantes, tendo em vista sua busca de coesão em torno de seus

¹⁴ A vida cotidiana é um espaço contraditório: insuprimível, por responder a múltiplas e heterogêneas necessidades e atividades do indivíduo singular, coloca todas as habilidades manipulativas e as paixões em movimento; sem que possa, por sua dinâmica interna, realizar nenhuma delas com intensidade e profundidade.

interesses. Isso é favorecido pelo conservadorismo, comodismo, e conformismo, e também pelos interesses imediatos, “que rebatem nas condições de vida dos indivíduos singulares, tornando-os vulneráveis à mobilização contra os interesses de sua própria classe”¹⁵.

1.2 A ação ética e as objetivações genéricas

A moral não responde apenas às necessidades da singularidade voltadas exclusivamente ao “eu”, ou a formas de ser reprodutoras da alienação. É possível que a motivação moral que envolve escolhas e decisões exigidas pelo ato moral seja intensa e se alargue de modo a se afastar momentaneamente da cotidianidade, permitindo que o indivíduo se eleve à sua dimensão humano-genérica, como esclarece Heller: “quanto maior é a importância da moralidade, do compromisso pessoal, da individualidade e do risco (que vão sempre juntos) na decisão acerca de uma alternativa dada, tanto mais uma decisão eleva-se acima da cotidianidade” (HELLER, 2000, p. 24).

Porém, ao se afastar – ainda que por um tempo determinado – de sua singularidade e de suas motivações efêmeras, seja através de ações práticas ou de reflexões teóricas, o sujeito moral atinge um outro patamar de objetivações, que o elevam à sua dimensão particular e à sua condição de sujeito ético. Segundo Tertulian, é esse o entendimento de Lukács sobre a ética:

A ação ética é um processo de ‘generalização’, de mediação progressiva entre o primeiro impulso e as determinações externas; a moralidade torna-se ação ética no momento em que nasce uma convergência entre o eu e a alteridade, entre

¹⁵ Assim, o “desprezo pelo outro”, a “antipatia pelo diferente”, diz Heller, não são privilégios da burguesia, mas essa classe, que, paradoxalmente combateu historicamente o sistema de preconceitos feudais torna-se, com a consolidação da sociedade burguesa, a classe que “aspira a universalizar a sua ideologia [...] produzindo preconceitos em maior medida do que todas as classes sociais em toda a história até hoje” (HELLER, 2000, p. 54).

a singularidade individual e a totalidade social. O campo da particularidade exprime justamente esta zona de mediações onde se inscreve a ação ética (TERTULIAN, 1999, p. 134).

Portanto, quando o indivíduo, determinado por condições sociais que convergem na direção de sua intervenção na realidade, e motivado por valores emancipatórios, pode ter possibilidade de estabelecer mediações com a sua particularidade, ascendendo à condição de sujeito ético, revela-se toda a importância da reflexão ética, capaz de realizar a crítica da vida cotidiana, em sua dimensão moral, ampliando as possibilidades de realização de escolhas conscientes, voltadas ao gênero humano, às suas conquistas emancipatórias, à desmistificação do preconceito, do individualismo e do egoísmo, propiciando a valorização e o exercício da liberdade e do compromisso com projetos coletivos.

Mas, principalmente, fica claro que a ética não é apenas a ciência da moral, ou o seu conhecimento: apreendida como *parte da práxis*, a ética é trazida para o conjunto das práticas conscientes do ser social, dirigidas para a intervenção na realidade e na direção da conquista da liberdade e da universalidade, tendo como parâmetro a emancipação humana. Como já dissemos anteriormente, essa é a perspectiva de Lukács, quando afirma a ética como parte e momento “da práxis humana em seu conjunto” (LUKÁCS, 2007, p. 72).

As categorias éticas são categorias de valor que se referem à particularidade da ação ética do indivíduo, fornecendo elementos para a sua valoração e/ou o seu julgamento de valor. Por exemplo, a responsabilidade do sujeito em relação à sua ação. Ou seja, a responsabilidade não é apenas um valor: é uma categoria ética, pois expressa uma relação social que decorre de uma ação e que se complexifica na medida em que estabelece conexões sociais com outros sujeitos e escolhas.

2 Ética profissional: determinações históricas e particularidades

2.1 A natureza da ética profissional

A ética profissional¹⁶ é uma dimensão específica do Serviço Social, suas determinações são mediadas pelo conjunto de necessidades e possibilidades, de demandas e respostas que legitimam a profissão na divisão social do trabalho da sociedade capitalista, marcando a sua origem e a sua trajetória histórica¹⁷.

A ética profissional se objetiva como *ação moral*, através da prática profissional, como *normatização de deveres e valores*, através do código de Ética Profissional, como *teorização ética*, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e como *ação ético-política*. Cabe destacar que essas não são formas puras e/ou absolutas e que sua realização depende de uma série de determinações, não se constituindo na mera reprodução da intenção dos seus sujeitos.

A *moral profissional* diz respeito à relação entre a ação profissional do indivíduo singular (derivada de determinado comportamento prático objetivador de decisões, escolhas, juízos e ações de valor moral), os sujeitos nela envolvidos (usuários, colegas, etc.) e o produto concreto da intervenção profissional (avaliado em função de suas consequências éticas, da responsabilidade profissional, tendo por parâmetros valores e referenciais dados pela categoria profissional, como o Código de Ética, etc.).

A moral é reveladora de uma dada consciência moral ou moralidade que se objetiva através das exigências do ato moral: escolha entre alternativas, julgamentos com base em valores, posicionamentos que signifiquem defesa,

¹⁶ A análise da ética profissional, segundo o referencial aqui tratado, pode ser encontrada em Barroco (2006; 2007), Brites, Cristina Maria e Sales, Mione Apolinário (2007).

¹⁷ Nossa concepção de Serviço Social está baseada em Iamamoto e Carvalho (1982) e Netto (1992).

negação, valorização de direitos, necessidades e atividades que interfiram e/ou tragam consequências sociais, éticas e políticas para a vida de outros indivíduos.

A moralidade é parte de uma educação moral anterior à formação profissional, que inclusive a influencia, pois pertence ao processo de socialização primária, onde tende a reproduzir tendências morais dominantes que se repõem cotidianamente através das relações sociais. O processo de socialização, através da participação cultural, política, religiosa, pode reforçar ou contrapor valores incorporados anteriormente, o mesmo ocorrendo com a inserção profissional.

Assim, a adesão a um determinado projeto profissional¹⁸ – e as suas dimensões éticas e políticas – supõe decisões de valor inscritas na totalidade dos papéis e atividades que legitimam a relação entre o indivíduo e a sociedade. Nem sempre os papéis sociais e as atividades desempenhadas pelos indivíduos estão em concordância, formando um todo coerente. Quando não estão, instituem conflitos morais – que ocorrem quando os valores podem ser reavaliados, negados ou reafirmados.

O que dá materialidade e organicidade à consciência ética dos profissionais é o pertencimento a um projeto profissional que possa responder aos seus ideais, projeções profissionais e societárias, enquanto profissionais, cidadãos e categoria organizada. Os profissionais participam eticamente de um projeto profissional quando assumem individual e coletivamente a sua construção, sentindo-se responsáveis pela sua existência, como parte integrante do mesmo.

¹⁸ “Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem da profissão, elegem valores que a legitimam socialmente e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas, públicas, entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais” (NETTO, 1999, p. 95).

Historicamente, a ética profissional busca na filosofia e/ou em teorias sociais o suporte para fundamentar a sua *reflexão e teorização éticas*, necessárias à compreensão e sistematização da ética profissional, fornecendo a concepção de homem e a fundamentação para os valores, dando elementos para a intervenção profissional nas situações em que se colocam questões morais e éticas.

A formação profissional, onde se adquire um dado conhecimento capaz de fundamentar as escolhas éticas, não é o único referencial profissional. Somam-se a ela – ou a ela se contrapõem – as visões de mundo incorporadas socialmente pela educação formal e informal, pelos meios de comunicação, pelas religiões, pelo senso comum. É o conjunto de tais manifestações culturais e conhecimentos que forma os hábitos e costumes que a educação formal pode consolidar ou não.

A sociedade burguesa tende a suprimir e/ou negligenciar as abordagens críticas, humanistas e universalistas, donde a desvalorização do conhecimento filosófico, o apelo ao conhecimento instrumental, ao utilitarismo ético, ao relativismo cultural e político. A reflexão filosófica, base de fundamentação da ética profissional, incorpora referenciais que nem sempre permitem um conhecimento crítico, o que coloca contradições entre a dinâmica social e sua apreensão profissional.

A ética também se objetiva através de um *Código de Ética*: conjunto de valores e princípios, normas morais, direitos, deveres e sanções, orientador do comportamento individual dos profissionais, dirigido à regulamentação de suas relações éticas com a instituição de trabalho, com outros profissionais, com os usuários e com as entidades da categoria profissional.

Nenhuma profissão pode garantir a legitimação de sua ética a partir de seu código, o que seria afirmar uma concepção ética legalista e formal. Trata-se de uma questão de consciência ética e política cuja ampliação requer estratégias da

categoria profissional, no sentido de mobilização, de incentivo à participação, à capacitação, de ampliação do debate e de acesso à informação.

Na sociedade capitalista, a ação política se objetiva como luta pela hegemonia¹⁹ realizada no espaço público, entre projetos vinculados a interesses de classe, em um contexto estrutural onde as relações sociais, em geral, e as políticas, em especial, são determinadas predominantemente pelo comando do capital²⁰.

Com isso, a política, que já é um campo onde os critérios de decisão são dados hegemonicamente pelos interesses, e não por valores éticos, tende a reproduzir uma lógica que atualiza uma ética específica, resultado da relação entre as exigências éticas das ações e as necessidades materiais reproduzidas socialmente. Porém, a consciência política de seus limites na ordem burguesa não deve levar à sua negação enquanto estratégia de construção de uma contra hegemonia e de prática social consciente articulada a projetos de superação da ordem capitalista.

Como produto histórico da sociedade burguesa, no contexto da coexistência entre o maior desenvolvimento das forças essenciais do ser social e de sua negação, a materialização da ética ocorre na relação entre limites e possibilidades que não dependem apenas da intenção de seus agentes.

Nesse sentido, a ética profissional não é isenta dos processos de alienação, mas isso é absoluto. Pode, favorecida por condições sociais e diante de motivações coletivas, ser direcionada a uma intervenção consciente realizadora de direitos, necessidades e valores que respondam às necessidades dos usuários. Intervenção que se articula, em termos de projeto social, a uma práxis política motivada pela ultrapassagem dos limites à plena expansão da liberdade.

¹⁹ Tomamos a categoria *hegemonia* tal como comparece em Gramsci, especialmente em “Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política” (GRAMSCI, 2000).

²⁰ Para Marx, nos limites da sociedade burguesa, a política está vinculada à particularidade, donde sua distinção entre a emancipação política e a emancipação humana. Esta supõe a superação radical da totalidade das relações capitalistas; como afirma Mészáros (2006, p. 148): “sua realização só pode ser concebida na universalidade da prática social como um todo”.

2.2 Ética profissional e conjuntura: tendências e desafios

Historicamente, desde a sua origem, o Serviço Social se configura como uma profissão fortemente influenciada pelo conservadorismo moral e político²¹. No Brasil, os Códigos de Ética profissionais bem exemplificam este dado: entre 1947 (data do primeiro Código) e 1986 (quando é rompida a concepção tradicional), passaram-se trinta e oito anos de vigência de Códigos pautados na perspectiva ética tradicional conservadora.

A negação histórica dessa herança coloca-se como finalidade do projeto profissional, que se caracteriza pela busca de ruptura com o conservadorismo em suas várias dimensões e configurações: o projeto de “intenção de ruptura” (NETTO, 1992), hoje denominado projeto ético-político. Sua construção é um processo inscrito no conjunto de determinações sócio-históricas que – propiciando a renovação do Serviço Social brasileiro, nos marcos da *autocracia burguesa* – viabiliza os suportes históricos para a erosão do Serviço Social tradicional, tornando possível a existência de um pluralismo profissional, entre outros aspectos (NETTO, idem, p. 131-137).

Na década de oitenta²², a construção do projeto profissional foi fortalecida pelas lutas democráticas e pela reorganização política dos trabalhadores e dos movimentos sociais organizados. Favorecendo a participação cívica e política dos profissionais, ampliando sua consciência, esse contexto também propicia o confronto teórico e ideológico entre tendências e a luta pela hegemonia entre diferentes projetos societários e profissionais.

²¹ Sobre o conservadorismo no Serviço Social, ver Iamamoto (1992) e Netto (1992).

²² A gênese deste processo vincula-se à renovação do Serviço Social no Brasil, à politização de profissionais e estudantes nas lutas políticas da sociedade brasileira (antes e depois da ditadura militar), ao Movimento de Reconceituação latino-americano. Consultar, entre outros, Abramides e Cabral (1995), Barroco (2006), Netto (1991; 1999); Iamamoto (1982; 1992).

Os anos oitenta, sinalizam a maturidade teórica²³ e política do projeto profissional evidenciada na organização político-sindical da categoria, na produção teórica, em sua capacidade crítica de interlocução com outras áreas do conhecimento, em seu desenvolvimento na área da pesquisa, em sua incorporação “de vertentes críticas com destaque para as inspiradas na tradição marxista” (NETTO, 1999, p. 102).

Nesse processo, se construiu um novo *ethos*, marcado pelo posicionamento de negação do conservadorismo e de afirmação da liberdade. Valores e princípios foram se reafirmando na vida cotidiana através da participação cívica e política, do trabalho, da vivência e enfrentamento de novas necessidades, escolhas e posicionamentos de valor, da recusa de papéis tradicionais, da incorporação de novos referenciais ético-morais, entre outros aspectos.

É assim que o *compromisso com as classes trabalhadoras* desponta como *valor ético-político central*, orientando o posicionamento dos setores organizados da categoria, no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais²⁴, marco ético e político apropriado no processo de reformulação do Código de Ética, em 1986: o primeiro a romper com o histórico conservadorismo dos códigos de ética brasileiros.

O Código de 1986 não foi suficientemente desenvolvido em sua parte operacional e em seus pressupostos teóricos, orientados pelo marxismo. Com o objetivo de ampliá-los, foi feita a reformulação de 1993, em um contexto muito diverso daquele que em 1980 favoreceu a construção do projeto de ruptura profissional.

²³ Em 1982, é lançada a obra de Iamamoto (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982), que marca a vertente de ruptura do Serviço Social. Também nesse período é aprovado o Novo Currículo nas Escolas de Serviço Social, com orientação teórica e direção social predominantemente críticas. No final da década, em 1988, o Brasil aprova uma nova Constituição.

²⁴ O chamado “Congresso da Virada”, marco fundamental no processo de ruptura. Ver Abramides e Cabral (1995).

O Código de 1993 afirma a centralidade do trabalho na constituição do homem: sujeito das ações éticas e da criação dos valores. Revelada em sua densidade histórica, a sua concepção ética está articulada a valores ético-políticos, como a liberdade, a justiça social e a democracia²⁵, e ao conjunto de direitos humanos (civis, políticos, sociais, culturais e econômicos) defendidos pelas classes trabalhadoras, pelos segmentos sociais excluídos e pelos movimentos emancipatórios ao longo da história²⁶.

A partir da década de noventa, as consequências socioeconômicas e ideológicas das profundas transformações operadas pelo capitalismo mundial no mundo do trabalho e nas instituições burguesas, tendo por finalidade a sua reestruturação nos moldes neoliberais, descortinam um cenário perverso, em termos dos direitos humanos²⁷ e das possibilidades de objetivação ética.

Trata-se de um contexto de perda de direitos historicamente conquistados e de um processo de desumanização, no qual as condições para assegurar a manutenção da vida humana não estão sendo garantidas para grande parte da humanidade, em vários aspectos, materiais e subjetivos. O desemprego, a pobreza, a desregulamentação do trabalho e da proteção social, o aprofundamento da exclusão e da exploração, a violência, a degradação ambiental, a dependência político-econômica de centenas de países pobres em face da dívida externa, entre outros, evidenciam o abismo entre o desenvolvimento do gênero humano e a pobreza da maioria da humanidade.

Em face desse cenário, a profissão vive, na entrada do novo século, um momento de resistência política. As precárias condições de existência social da população usuária se revelam cotidianamente nas instituições, exigindo respostas dos profissionais que, em grande medida, não dispõem de condições objetivas para

²⁵ Sobre os valores e princípios do Código de Ética de 1993, ver Paiva e Sales (1996).

²⁶ Sobre a história social dos direitos humanos, sob o ponto de vista dos trabalhadores e movimentos emancipatórios, ver Trindade (2002).

²⁷ Sobre a incorporação do debate dos direitos humanos pelo Serviço Social, ver Barroco e Brites (2002); Barroco (2004).

viabilizá-las. Além disso, o agravamento da “questão social” também rebate em sua vida de trabalhadores assalariados – que enfrentam em níveis diversos – os mesmos problemas da população usuária.

Portanto, sob o ponto de vista da ética profissional, esse contexto motiva ações de resistência, politicamente direcionadas ao enfrentamento dos limites postos à viabilização dos direitos e dos valores que orientam a ação profissional, o que implica diferentes estratégias e espaços de objetivação.

A crítica às novas configurações do conservadorismo, isto é, à ideologia neoliberal conservadora, base de sustentação do imaginário social da atualidade, se apresenta, neste momento, como um grande desafio posto ao Serviço Social. Fundado na privatização do público e na afirmação do mercado como única instituição autorreguladora, *o totalitarismo neoliberal* (OLIVEIRA, 1999) promove o individualismo, a negação da política e da ética, nos termos aqui tratados. Produto histórico das reformas e transformações do capitalismo, o neoliberalismo justifica ideologicamente o presente, ou seja, a fragmentação, a dispersão, a insegurança, o efêmero (CHAUÍ, 1999), negando todos os valores afirmados pela sociedade moderna e pelas forças progressistas: a universalidade dos valores, a racionalidade do homem, a liberdade como capacidade sócio-histórica de transformar a realidade.

Nesse contexto adverso ao neoconservadorismo, são dadas as condições ideológicas para a reprodução de valores pautados na defesa de relações autoritárias e de instituições adequadas à sua reprodução, com destaque para a família tradicional, para as instituições religiosas, policiais, e seus representantes nas figuras das autoridades constituídas. O Serviço Social, por várias razões, é uma das profissões vulneráveis à incorporação e/ou ao enfrentamento de relações conservadoras. Por exemplo, por sua histórica vinculação ao conservadorismo moral, pode estar vulnerável à sua reatualização; por sua inserção em campos

institucionais propícios ao estabelecimento de relações hierarquizadas, tais como as prisões, o sistema judiciário, etc., pode enfrentar ou assimilar tais relações.

O seu enfrentamento requer uma análise crítica da realidade, donde a importância de um referencial teórico-metodológico que efetivamente forneça o suporte para o desvelamento do real, de sua essência histórica. Esse conhecimento implica em uma reflexão constante, isto é, em uma *capacitação continuada*: outro desafio a ser buscado no enfrentamento do neoconservadorismo, do pensamento pós-moderno, com seu irracionalismo, seus preconceitos, suas formas morais.

Para se realizar como atividade teórica universalizante, é preciso que a ética apreenda criticamente os fundamentos dos conflitos morais e desvele o sentido e as determinações de suas formas alienadas; a relação entre a singularidade e a universalidade dos atos ético-morais, respondendo aos conflitos sociais, resgatando os valores genéricos e ampliando a capacidade de escolha consciente dos indivíduos; sobretudo, que possibilite a indagação radical sobre as possibilidades de realização da liberdade, seu principal fundamento.

Vê-se que a responsabilidade ética profissional, em suas várias formas de expressão, exige a participação ativa dos sujeitos coletivos, que – em graus variados, com diversas medidas e possibilidades de engajamento – são os protagonistas de escolhas e posicionamentos de valor. Assim, o nível de exigência dessas escolhas e as mediações que elas encerram variam qualitativamente, de acordo com determinações historicamente condicionadas.

Nesse sentido, os valores contidos no Código de Ética Profissional são orientadores das opções, escolhas, dos posicionamentos e julgamentos de valor realizados cotidianamente. Todavia, para que se materializem, é preciso que ganhem efetividade na transformação da realidade, na prática social concreta, seja ela na direção de um atendimento realizado, de uma necessidade respondida, de um direito adquirido.

Na relação com os usuários, nos limites da sociedade burguesa, a ética profissional se objetiva através de ações conscientes e críticas, do alargamento do espaço profissional, quando ele é politizado – o que implica no compartilhamento coletivo com outros profissionais e no respaldo das entidades e dos movimentos sociais organizados. Isso torna possível uma ação ético-política articulada ao projeto coletivo, adquirindo maiores possibilidades de respaldo nos momentos de enfrentamento e de resistência.

Referências

ABRAMIDES, Maria Beatriz; CABRAL, Maria do Socorro. *O novo sindicalismo e o Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

BARROCO, Maria Lucia S. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Ética e Sociedade* (Curso de capacitação ética para agentes multiplicadores). 2. ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2007.

_____. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, ano XXV, n. 79, 2004.

_____. Ética, direitos humanos e diversidade. *Revista Presença Ética*, Recife, GÉPE, UFPE, n. 3, 2003.

_____.; BRITES, Cristina Maria. Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ética e Direitos Humanos. *Revista Temporalis*, Brasília, ABEPSS, ano III, n. 5, jan. a jun. 2002.

BEAUVOIR, Simone. *O Pensamento da direita hoje*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

BRITES, Cristina Maria; SALES, Mione A. *Ética e Práxis Profissional* (Curso de capacitação ética para agentes multiplicadores). 2. ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2007.

CFESS. *Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS, 1993.

CHAUÍ, Marilena. Ideologia neoliberal e universidade. In: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (Org.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Brasília: Vozes: NEDIC, 1999.

GEPE. Códigos de Ética do Serviço Social. *Presença Ética*, Recife, UFPE, ano 1, v. 1, 2001.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1972.

_____. *Sociologia de la vida cotidiana*. 5. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

____.; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1982.

LESSA, Sérgio. *Mundo dos homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Boitempo, 2002.

LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas da atividade humana. *Temas*, São Paulo, Editora Ciências Humanas, n. 4, 1978.

____. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

____. O momento ideal na economia e sobre a ontologia do momento ideal. In: _____. *A ontologia do ser social*. Tradução de Maria Angélica Borges Rodrigues. Seções 1 e 2 do volume II.

____. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NETTO, José Paulo (Organização, Apresentação e Tradução). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007 (Pensamento Crítico, v. 9).

MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARX, Karl. *Fundamentos de la crítica de la economía política (esbozo 1857-1858 Grundrisse)*. Havana: Instituto del Libro, Ed. Ciencias Sociales, 1971. Tomos I, II.

____.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas: 1982.

MÉSZÁROS, Istvan. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

____. *O Século XXI. Socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Editora Cortez, 2006. (Biblioteca básica de Serviço Social, 1.).

NETTO, José Paulo. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

____. Para a crítica da vida cotidiana. In: NETTO, José Paulo; FALCÃO, Maria do Carmo. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1992.

____. *A construção do projeto ético-político profissional frente à crise contemporânea* (Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social - módulo I). Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD, 1999.

OLIVEIRA, Francisco. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (Org.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Brasília: Vozes, NEDIC, 1999.

PAIVA, Beatriz A.; SALES, Mione. A. A nova ética profissional: práxis e princípios. In: BONETTI, Dilsea A. et alli (Org.). *Serviço Social e ética: convite a uma práxis*. São Paulo: Cortez, 1996.

SALES, Mione Apolinário. *(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência*. São Paulo: Cortez, 2007.

TERTULIAN, N. *O grande projeto da ética*. Ensaios Ad Hominen. São Paulo: Edições AD Hominen, 1999.

TONET, Ivo. Fundamentos filosóficos para a nova proposta curricular em Serviço Social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 15.

TRINDADE, José Damião de Lima. *A história social dos direitos humanos*. São Paulo: Peirópolis, 2002.

VAZQUEZ, Adolfo S. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

_____. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.